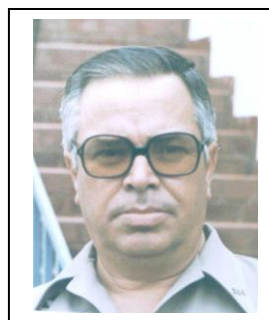


FUNDAMENTOS DAS TRADIÇÕES MILITARES GAÚCHAS



Cel CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Historiador Militar e Jornalista, Presidente e Fundador da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS) e sócio benemérito do Instituto de Geografia Militar e História Militar do Brasil (IGHMB) e emérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e correspondente da Academias de História de Portugal, Espanha, Argentina e equivalentes do Uruguai e Paraguai. Integrou a Comissão de História do Exército do Estado-Maior do Exército 1971/1974. Presidente emérito fundador das academias Resendense e Itatiaense de História e sócio dos Institutos Históricos de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Ceará, Mota Grosso do Sul etc. Foi o 3º vice presidente do Instituto de Estudos Vale-paraibanos IEV no seu 13º Encontro em Resende e Itatiaia que coordenou o Simpósio sobre a Presença Militar no Vale do Paraíba, cujas comunicações reuniu em volumes dos quais existe exemplar no acervo da FAHIMTB doado a Academia Militar das Agulhas Negras. É Acadêmico e Presidente Emérito fundador das Academias Resende e Itatiaense de História, sendo que da última é Presidente emérito vitalício e também Presidente de Honra. Cursou a ECEME 1967/1969. E foi instrutor de História Militar na AMAN 1978-1980, onde integrou comissões a propósito dos centenários de morte do General Osório, Marques do Herval e do Duque de Caxias. Dirigiu o Arquivo Histórico do Exército 1985/1990. E correspondente dos CIPEL, IHGRGS, Academia Sul Rio Grandense de Letras e Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas. É sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Foi Diretor Cultural e da Revista do Clube Militar no seu Centenário em 1987. Possui o Curso de Analista A da Escola Nacional de Informações em 1975. É Comendador do Mérito Militar e possui 5 prêmios Literários. Ecreveu a História do Exército no Rio Grande do Sul composto de 21 volumes. ARTIGO DO AUTOR DIGITALIZADO PARA DISPONIBILIZÁ-LO NO SITE DA FAHIMTB WWW.AHIMTB.ORG.BR EM LIVROS E PLAQUETAS E CÓPIA IMPRESSA NO ACERVO DA FAHIMTB DOADO A AMAN EM BOLETIM ESPECIAL 002 DE 17 NOV 2004 E INTEGRADO AO PERGAMUM DE BIBLIOTECAS DO EXÉRCITO

FUNDAMENTOS DAS TRADIÇÕES MILITARES GAÚCHAS
Cel Claudio Moreira Bento
(Transcrito de seu livro História da 3ª Região Militar 1807-1898 e
Antecedentes)

O Rio Grande do Sul conforme afirmamos na Introdução, do citado livro, foi uma civilização castrense ou militar, como resultado das lutas ali sustentadas por Portugal e depois pelo Brasil, com os espanhóis e seus descendentes, por cerca de quase dois séculos, de 1680-1870. Civilização castrense que se projetou nas revoluções gaúchas de 1835-45, 1893-95, 1924-26, 1930 e, 1932 marcando o fim do ciclo guerreiro gaúcho, com o combate do Cerro Alegre, em Piratini, em 20 de Set. de 1932, 97 anos após o início da Revolução Farroupilha.

As lutas sustentadas com os vizinhos espanhóis e descendentes não estiveram a cargo somente do Exército, mas dos civis alistados nas Ordenanças, Milícias, Guarda Nacional, Aventureiros, Guerrilhas e Patriotas.

Foram das Ordenanças que emergiu o Cel. Cristóvão de Abreu, o primeiro tropeiro do Rio Grande do Sul que liderou estancieiros e tropeiros, em apoio à fundação do Rio Grande do Sul, por Silva Pais em 1737. As Guerrilhas e depois as Milícias produziram os dois Bentos, absorvidos pelo Exército como coronéis de Estado-Maior e mais Davi Canabarro.

A Guarda Nacional produziu Andrade Neves, Francisco Pedro de Abreu, Antonio Netto e Niderauer.

Dos aventureiros emergiu o mais tarde Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, "*a primeira espada continental*", nascido junto aos muros do forte Jesus-Maria-José, em Rio Grande, bem como seu pai, Cap. Francisco Pinto Bandeira, o primeiro comandante da primeira companhia dos Dragões do Rio Grande - a célula mater da atual organização do Comando Militar do Sul.

O Exército produziu estes grandes nomes que se assinalaram nas lides guerreiras no Rio Grande do Sul: Marques de Souza (1º), José de Abreu, Osório, João de Deus, João Propício e João Manoel Menna Barreto, Marques de Souza (3º), conde de Porto Alegre, e o Marechal . Câmara, entre tantos outros campeões que viriam abrilhantar a galeria de comandantes da 3ª RM e a de heróis guerreiros do Brasil no Império.

Na República tivemos o Gen. Carlos Telles e o Marechal Bitencourt, porto-alegrenses heróis da Guerra de Canudos, sendo o primeiro, líder da épica resistência de 45 dias ao sítio de Bagé em 1893. No Contestado, o comandante legal foi o Marechal Setembrino de Carvalho, filho de Uruguaiana. Na 2ª Guerra Mundial assinalaram-se o gabrielsense Marechal . Mascarenhas de Moraes, comandante da defesa do Saliente Nordestino e, após, comandante vitorioso da FEB, força onde também brilharam Osvaldo Cordeiro de Farias, filho de Jaguarão, como comandante da Artilharia Divisionária, e o santanense Nelson de Melo, comandante brasileiro que

negociou e presidiu a rendição alemã em Forno, na Itália, de cerca de 20.000 homens. E sem esquecer o General Francisco Paula Cidade, grande historiador militar que atuou como juiz militar

É pois incontestável a influência militar na civilização do Rio Grande do Sul. E ninguém melhor que o insuspeito e brilhante imortal da Academia Brasileira de Letras, Francisco de Oliveira Vianna (1883-1951), fluminense de Saquarema, que soube sentir e melhor interpretar esta característica do povo gaúcho. Característica que se projeta, de maneira singular nas figuras de Gumersindo Saraiva, Flores da Cunha e Osvaldo Aranha, Honório Lemes, Zeca Netto e tantos outros civis líderes guerreiros natos que o Rio Grande produziu em datas recentes:

VIANNA, Francisco José de Oliveira. Populações Meridionais do Brasil. Rio, 1952. pp. 255-277.

Assim, sobre o constante e quase bis secular estado de guerra em que viveu o povo do Rio Grande do Sul, ele escreveu:

"Nas fronteiras do extremo-sul não se dava o mesmo. Contra os seis mil soldados de D. Pedro de Ceballos ou contra os cavalarianos de Estigarríbia não havia como apelar exclusivamente para reação privada, isolada, ou mesmo conjunta, dos estancieiros. Desapareceria a população, assolada e dizimada pelo inimigo, se não a tivesse acudido, desde os primeiros dias, o poder, o governo, a autoridade pública, erigindo toda a extensa linha de fronteiras de uma paliçada de baionetas defensivas."

Sobre o respeito e a admiração que o povo do Rio Grande do Sul nutria pelos chefes militares, assim Oliveira Vianna interpretou:

"Os agentes da autoridade, por outro lado, também se revestiam, ali, de uma poderosa força magnética -porque possuíam o prestígio social, que derivava de sua condição mesma de defensores que haviam sido da população, nos transe sombrios perigosos da sua história. Vencido o inimigo - o castelhano, na Colônia, ou o platino pilha dor - e ganha as grandes campanhas, estes homens vitoriosos, cuja espada salvara a população, assumiam aos olhos do povo a tanto a figura de benfeitores sociais. Pela sua diligência, eram eles que detinham na linha das fronteiras a investida dos exércitos platinos. Sobre a massa, disseminada pelas estâncias e povoados, adquiriam, então, uma autoridade pessoal enorme e uma ascendência, que lhes aumentava ainda mais a autoridade do seu poder no sentido da disciplina e da obediência."

Sobre a profunda formação militar do povo gaúcho e, em particular, aquele lutando ao longo das fronteiras, assim ele explicou e interpretou:

"Na verdade, a maior parte da gente que povoava a campanha rio-grandense era composta de militares profissionais - de soldados que se fizeram estancieiros, atraídos pelos encantos e liberdades da vida pastoril: - a maior parte dos moradores que hoje ocupam a vila do Rio Grande são os

que vieram de Buenos Aires e pertenciam à praça da Colônia" - diz Bettâmio.

Em primeiro lugar, nada mais natural que um povo, tendo constantemente sobre si a sombra das ameaças mais temerosas, ouvindo continuamente nas fronteiras o tropel dos caudilhos invasores, acabasse sentindo - por hábito, primeiro, e, depois, por instinto - uma confiança profunda nos funcionários do governo, em cuja energia, deliberação e previdência descansava a segurança da sua defesa, aliás sempre pronta e eficiente. O próprio instinto de conservação gerava e fortalecia essa confiança austera nos órgãos do poder público e espalhava, aos poucos, insensivelmente, por todas as camadas sociais, um sentimento geral de íntima veneração pelos responsáveis pela defesa da população, de convicção da sua utilidade, da sua necessidade, da sua imprescindibilidade à existência da própria coletividade."

E prossegue e enfatiza mais adiante:

"De modo que para aquela população de pastores inquietos e belicosos - o poder público se tornou, com os seus funcionários, seus generais, suas tropas, durante um século, uma condição de vida, uma garantia de tranquilidade e de paz, em suma: um órgão indispensável à sobrevivência do corpo social daquele grupo distante

Porque toda a história da população gaúcha a levava naturalmente a esta atitude de respeitosa veneração pelo poder público e as suas autoridades. Esta população era ainda um pequeno núcleo de pastores, perdidos na imensidade das vastas planuras desabrigadas - e já em torno dela rondavam, ameaçadoras, as hordas agressivas e pilhadoras dos caudilhos platinos, esplendidamente armados, treinados longamente nas violências da preia ao gado e temibilíssimos na sua impetuosa combatividade".

Ao enfatizar a insignificância da problemática de segurança interna nas demais regiões do Brasil, face a ameaça de índios, e ressaltar que podiam ser rechaçados pela iniciativa privada, escreveu:

"Foi assim que, em 1779, o governador José Marcelino mandava distribuir as terras fronteirinhas, recentemente conquistadas aos espanhóis, entre os soldados do exército libertador: - em atenção à população e à agricultura desta capitania -dizia ele - permiti que ficassem todos os soldados que quisessem cá estabelecer-se."

Com este fim enviou-os ao comandante da fronteira - *"para que lhes tomasse os nomes e as freguesias onde se queriam estabelecer - por serem quase todos lavradores".*

Muitos soldados portugueses, por exemplo, de origem alentejana especialmente, como os dos Regimentos de Extremoz, de Moura e de Bragança - também abandonaram a farda e se fizeram estancieiros, seduzidos pelos encantos e proventos do pastoreio. Os nossos soldados e

oficiais dos Regimentos constituídos na Colônia - especialmente os vindos de São Paulo e Minas - quando de volta das campanhas platinas, em regra não buscavam mais os seus lares nativos: deixavam-se ficar lá mesmo, nas lhanças do pampa, requeriam sesmarias e faziam-se senhores de grossos rebanhos.

Egressos da farda, esses homens levaram, destarte, para a vida das estâncias, o vinco da disciplina militar, o hábito da obediência, o sentimento da hierarquia e da autoridade. Incorporados à classe aristocrática dos pampas - à sua oligarquia estancieira - foi neles que os altos representantes do poder colonial ou imperial encontraram os mais austeros respeitadores da sua autoridade.

Não foi só. Dessa aristocracia pastoril os elementos que não tinham, como os militares acima nomeados, uma origem militar, tinham, em regra, uma educação militar. Porque, se havia soldados que se faziam estancieiros, havia estancieiros que se faziam soldados: - e eram quase todos. Já vimos que todos os estancieiros da fronteira, por ocasião das guerras e das invasões platinas, eram naturalmente levados a se tornarem poderosos caudilhos, valentes capitaneadores dos bandos da peonagem recrutada de improviso, formando centro de agrupação da população da campanha, tornados em falanges particulares de paisanos ou guerrilheiros. Incorporados aos exércitos em marcha, eles eram verdadeiros soldados, sujeitos aos rigores da disciplina militar.

Terminada a guerra, esses caudilhos paisanos tornavam aos seus pagos amados, em companhia dos seus numerosos guerrilheiros. Estes ensarilhavam as suas lanças, mas continuavam a ver naqueles caudilhos improvisados em face da agressão os seus mesmos chefes civis; os seus mesmos capitães dos tempos de guerra; continuavam a ser os seus mesmos patrões nos tempos de paz. O caudilho de há pouco era agora, cessada a guerra, apenas o dono da estância que os conduzia à guerra. Camarada e amigo dos seus antigos soldados, estes, agora tornados à sua faina de peões e capatazes, continuavam a manter a mesma obediência militar. Como lha prestavam no campo da guerra, continuavam agora a prestá-la já em pleno regime de paz e de trabalho.

Pondo agora em jogo as leis da imitação social, atuando numa sociedade em que eram extremas as predileções militares, podeis agora imaginar que esplêndidos, que inestimáveis, que eficacíssimos agentes de transmissão de hábitos, de hierarquia e disciplina, não eram para o resto da população estes galhardos guerrilheiros licenciados, vindos das campanhas do Prata!

O povoamento do Rio Grande do Sul por estâncias de parte de ex-militares já havia começado com Silva Pais, em 1737, e se intensificado com Gomes Freire de Andrade após deixar o Rio Grande em 1759, onde se fixaram diversos ex-militares , em especial ex-integrantes das Companhias

de Aventureiros de São Paulo e Santa Catarina, que haviam apoiado o movimento do Exército Demarcador. Então aproveitaram o gado alçado ainda existente ao Sul do Jacuí que pertencera às estâncias dos Sete Povos, cujo estudo fizemos o citado livro.

Sobre o que denominei a Corrida pela estância própria e a sua marcha pelo Rio Grande do Sul, ao sabor dos tratados e conquistas territoriais pela força das armas, temos o excelente ensaio:

BORGES FORTES, João, Gen. A Estância. Rio, Tip. Ma, 1931, (discurso de posse no IHGRGS).

Trabalho reeditado junto com outros excelentes estudos seus na obra clássica:

BORGES FORTES, João, Gen. Rio Grande de São Pedro - História, Povoamento e Conquista. Rio, BIBLIEX, 1941, 1ª ed.

Oliveira Vianna demora-se na análise das localidades que tiveram origem em causas de ordem militar e assim interpretou o fenômeno:

"Os próprios núcleos urbanos, que se disseminavam pela campanha rio-grandense, buscam a sua origem numa causa militar. Na história do extremo-sul, o fundador da cidade, que, no centro-sul, era sempre um sertanista povoador, foi sempre, ali, um chefe guerreiro, um caudilho, um homem das fronteiras, erguendo, como um novo Teseu, não os muros da cidade clássica, mas a capela tradicional com a sua tosca cruz de madeira".

Assim, veremos que a própria fundação do Rio Grande do Sul teve origem na Base Militar do Rio Grande, um complexo de fortalezas que deram origem à atual cidade de Rio Grande, protegida à distância, por guardas em Chuí, São José do Norte e Tramandai, por sua vez origem dessas localidades por causa militar.

Rio Pardo e Santo Amaro, originários de fortes ali estabelecidos por Gomes Freire em 1774.

Encruzilhada do Sul e Canguçu originários de guardas estabelecidas por Rafael Pinto Bandeira contra os espanhóis nas Guerras do Sul 1763-76.

Santa Maria, originária de um Acampamento Militar de Demarcação do Tratado de Santo Ildefonso em 1777 e base de partida para a conquista dos Sete Povos das Missões, em 1801.

Torres, originária do Forte D. Diogo das Torres, erigido para a defesa do Rio Grande de um possível ataque de D. Pedro de Ceballos dominando Santa Catarina.

Bagé e Alegrete, com origem em acampamentos de tropas da 3ª RM, na Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental, cuja rancharia foi ocupada por povoadores civis, logo que abandonada.

As cidades de Jaguarão, São Gabriel, Santana, Quaraí, Uruguaiana e Itaqui surgiram em torno de guarnições militares destinadas à defesa da fronteira.

Oliveira Vianna registra a particularidade no Rio Grande do Sul da fusão dos governos civil e militar, muito comum nas fronteiras:

"Porque, no extremo-sul - especialmente na região das fronteiras - não havia, com efeito, separação entre o governo civil e o governo militar. O comandante da guarnição fronteiriça era também representante do poder civil. Falando do posto da fronteira do Rio Pardo, diz Betâmio que - "suposto que também está debaixo da ordem do governador, a distância obriga a ter ali um comandante, que deve ser uma pessoa cheia de honra, que debaixo das ordens do governador, contenha o povo (sic) e a tropa na precisa obediência".

Nas Missões, em 1801, o governador da capitania instituiu um governo militar. Esta autoridade militar tinha, porém, "poderes para decidir todas as questões, mesmo as pertencentes à jurisdição civil".

O que é mais interessante é que este regime de acumulação das duas autoridades vigorou durante longos anos, sempre com grande aquiescência e agrado da população. Di-lo uma testemunha respeitável: - "Nos anos de 1855 a 1867, quando residimos em São Borja, tivemos ocasião de correr grande parte daquele território e, interpelando vários anciãos missioneiros, ouvimos dizer-lhes - de que o governo dos comandantes-gerais fora todo paternal e criador".

Refere Oliveira Vianna que no Rio Grande do Sul desde o início foi uma "terra de soldados e oficiais educados na obediência a Hierarquia e a Disciplina" que viviam misturados com as populações das estâncias e das cidades.' E registra:

"Na verdade, educada sob o regime da premência guerreira e de uma férrea disciplina militar aquela população acabou tendo pelo homem de espada uma espécie de respeito religioso e uma confiança integral. Todos acorriam a eles nas suas dúvidas e acatavam os seus julgamentos e conselhos com submissão mista de veneração e orgulho: - Nesta capitania - diz Saint-Hilaire - não há lugar em que os magistrados e os funcionários civis gozem de menos importância, como aqui. Todos evitam as formalidades judiciárias - e é ao general que entregam a decisão de quase todas as questões".

Tudo isto fazia com que os comandantes militares das fronteiras fossem os juizes de paz da população local e mesmo os seus juizes de direito. Só em 1832, depois do Código do Processo, é que eles perderam essa autoridade julgadora, substituída pela dos juizes de paz e juizes municipais civis: - "Só então - diz um velho historiador do Rio Grande - desapareceu a intervenção, se bem que conciliadora, dos comandantes militares nas questões civis, raríssimas vezes levadas por pessoas abastadas ao foro longínquo do Rio Pardo".

Oliveira Vianna registrou como consequência da civilização castrense do Rio Grande, o prestígio que a farda desfrutava entre as gaúchas, também

admirando a bravura, a valentia e a intrepidez militar feminina, como Anita Garibaldi. E para exemplificar ele transcreve estas quadras populares:

***"Toda Moça que não ame
Um mocinho militar
Pode viver na certeza
que no céu não há de entrar".***

***Oh! Dona! Se eu lhe contasse,
Você diria que eu minto:
As moças do Livramento
usam pistolas no cinto!***

"E, quando não eram - como estas de pistolas à cinta - guerrilheiras galantes e intrépidas e Amazonas faceiras a mirarem-se no aço das espadas - era a matrona lacedemônia, aprestando toda a progênie válida para vencer ou morrer nos campos de batalha. E podiam-se citar as cenas que maravilhavam, revivendo em nossa imaginação as linhas heroicas".

Sobre o prestígio da farda entre os gaúchos e orgulho dos mesmos por suas tradições e glórias militares, deixemos falar, repito, o insuspeito fluminense Oliveira Vianna:

"O prestígio que advinha da farda naqueles tempos heróicos era tamanho, que figuras importantes daquela sociedade e que faziam parte da aristocracia estancieira não se sentiam diminuídas quando vestindo uma simples farda de inferior de milícias: - Os patriotas de hoje - diz um historiador gaúcho - podem admirar-se de que um fazendeiro aceitasse um posto de furriel. Mas é que, nesses tempos heróicos (e como ainda vimos em 1856), muitos moços da nata social missioneira tinham muita honra em vestir uma farda de soldado de milícias ou da guarda-nacional".

Daí resultou que se pôde constituir ali uma verdadeira aristocracia guerreira, baseada em tradições militares ilustres, composta de grandes famílias, que se orgulhavam de entronca-se num antepassado militar glorioso, cujo arnês e cuja espada eram como os brasões do seu escudo. Trazer entre os hipônimos da família o nome de um grande cabo de guerra era, para os gaúchos da Idade heróica, o que era para os paulistas entroncar-se na linhagem dos antigos bandeirantes: um título de nobreza e fidalguia.

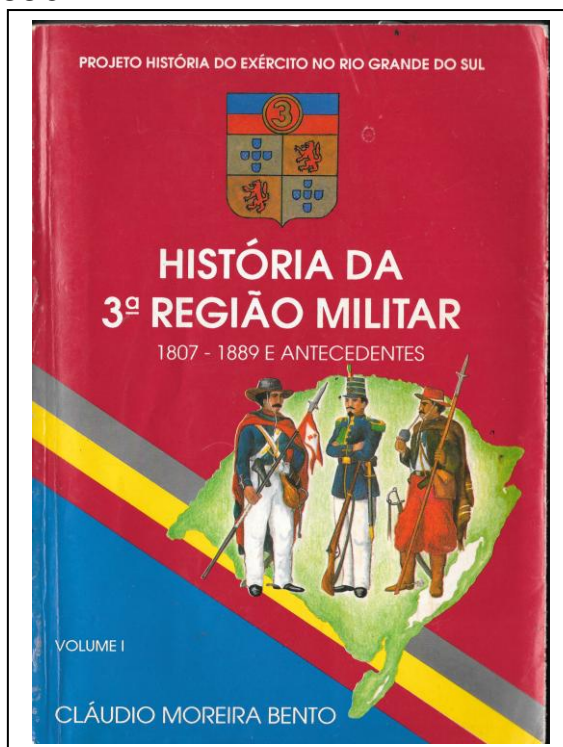
Em cada lar ardia, vivaz, a chama do culto de um herói hipônimo, espécie de nume larário e também semi-deus regional; herói que esteve nas campanhas platinas; que combateu, sob Osório ou sob Caxias, nos campos de Tuiuti e nas barrancas do Paissandu; que viu resplandecer a bandeira da pátria às radiações da vitória em Itororó, em Curupaití, em Lomas

Valentinas, em mil outras batalhas; ou que teve a dita de assistir, junto de Bento Gonçalves, à alvorada e ao ocaso da República Rio-grandense.

Os fastos guerreiros dos seus contemporâneos, a história das suas lutas contra o estrangeiro ou contra o poder imperial, tudo era recordações que envaideciam aquela população, educada sob o alarido dos combates. Era com íntimo e justificado orgulho que aqueles campeiros de guerrilhas falavam da bravura dos seus milicianos, tantas vezes comprovada em refregas heróicas; das suas batalhas e dos seus generais, os maiores do Brasil; do arrojo, do ímpeto, da intrepidez das suas cargas fulgurantes; da fama e da bizzarria dos seus esquadrões de cavaleiros. Esses gabos, essas glórias, a memória desses heróis e desses feitos andavam de boca em boca entre a gauchada, desde as cidades à campanha. Todos, da alta à baixa classe, como que se sentiam engrandecidos com o poderem partilhar de uma raia dessas glórias comuns e como que intimamente clareados com a centelha divina desses heroísmos ancestrais".

Estas transcrições de Oliveira Vianna e comentários em torno das mesmas é leitura essencial ao leitor e pesquisador interessados para melhor entendimento da História da 3ª RM, também em grande parte escrita com o concurso do castrense e belicoso povo gaúcho.

Estas tradições militares gaúchas se refletem na literatura regionalista, como procuraremos demonstrar em local próprio, através dos grandes escritores Simões Lopes Neto, Alcides Maya e inclusive do grande cronista Dionísio Cerqueira, da Guerra do Paraguai, e futuro Ministro da Guerra interino em 1896.



Ao lado capa do livro do autor de onde foi extraída a presente matéria sobre a origem das tradições militares gauchas, magistralmente interpretadas por Oliveira Viana, natural de Saquarema, como o pai de Hipólito da Costa, o gaúcho fundador da Imprensa Brasileira

Livro que será disponibilizado em Livros plaquetas no site www.ahimtb.org.br

